

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Concessionárias e Permissonárias - A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. **Fatores macroeconômicos** - Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência. **Caixa e equivalentes de caixa** - A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito. **e) Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	67.598	47	137	186	118	1.408	69.495
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	18	761	1.039	4.665	10.785	9.435	4.454	31.139
Debêntures - principal e encargos	19	-	104.176	104.536	201.350	421.091	763.201	1.594.352
Obrigação da Concessão	21	8.103	-	-	-	-	-	8.103
Outros	24	174	-	-	-	-	-	174
Concessionárias	-	174	-	-	-	-	-	174
Total		76.637	105.262	109.338	212.320	430.643	769.062	1.703.263

35. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2022, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Projetos de construção de infraestrutura	3	161.645	80.345	-	241.990
Fornecedores de materiais e serviços	5	168.548	57.810	1.133	227.491
Total		330.193	138.156	1.133	469.482

36. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

36.1. Parcela Variável Descontada: Em 12 de Janeiro de 2023, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) concluiu a apuração do indicador da Parcela Variável Descontada referente ao ano de 2022. A Parcela Variável (PV) foi constituída como um incentivo à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica e consiste em um desconto sobre a remuneração mensal das concessionárias com base na disponibilidade e na capacidade operativa dos ativos.

Como resultado dessa apuração, a Companhia novamente obteve um excelente resultado operacional, alcançando a segunda melhor colocação, dentre as nove maiores transmissoras com contratos de concessão renovados no país, com um desconto de 0,915% da Receita Anual Permitida (RAP). **36.2 Reajuste Tarifário Anual:** A REH nº 3.067, de 12 de julho de 2022, estabeleceu as RAPs da Companhia e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. Com a retificação da REH nº 2.960/2021 que trouxe o resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") de 2018 (após a fiscalização da SFF/ANEEL), para o Contrato de Concessão nº 055/2001, o índice de reposicionamento definitivo ficou em +4,71%. Nos ciclos 2020-2021 e 2021-2022 foram recebidos os valores considerando o índice de reposicionamento da RTP provisória que era de +7,53%, conforme REH nº 2.845/2021. A diferença dos valores entre as RTP definitiva (+4,71%) e provisória (+7,53%) está sendo devolvida por meio de parcela de ajuste, no ciclo 2022-2023. A RAP do Contrato de Concessão nº 055/2001, apresentou um incremento na ordem de 22% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2021-2022). Este aumento é devido, principalmente ao segundo ciclo do repêrimento do componente financeiro da PRT nº 120/2016 (RBSE) onde há um incremento de 46% no componente, bem como da trajetória de O&M oriunda da RTP de 2018 e de ajustes no componente econômico da PRT nº 120/2016. Além destes, houve o reconhecimento de recursos interpostos contra as REH nº 2.895/2021 e REH nº 2.959/2021 e outros ajustes realizados na base, somados ao reajuste pelo IPCA que superam o impacto da redução do índice de reposicionamento da RTP e resultam no incremento de receita para o ciclo 2022-2023.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1 Novas captações: A partir de 1º de janeiro de 2023 e até o momento da aprovação destas demonstrações financeiras, foi adicionada à dívida a captação abaixo:

Modalidade	Mês de Liberação	Valor Liberado	Pagamento de juros	Amortização do principal	Taxa efetiva anual	Destinação do Recurso
Moeda nacional - CDI 9ª Emissão - EEEL19 - 1ª Série	jan/23	300.000	Semestral	Parcela única em dezembro de 2026	CDI + 1,20%	(a)

a) Plano de investimento, refinanciamento e reforço de capital de giro.

37.2 Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

Diretoria

André Luiz Gomes da Silva Diretor Presidente	Celso Guimarães Filho Diretor de Operações	Yuehui Pan Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	José Alexandre Almeida Serra Diretor de Engenharia	Fu Li Diretor Presidente Adjunto	Ricardo Fernando Ferreira Gerente de Serviços Contábeis - CRC 1SP 321353/O-4
--	--	--	--	--	--

Conselho de Administração

Gustavo Estrella Presidente	Yuehui Pan	Futao Huang	Karin Regina Luchesi	Luis Henrique Ferreira Pinto Conselheiros	Xinjian Chen	Vitor Fagali de Souza
---------------------------------------	-------------------	--------------------	-----------------------------	---	---------------------	------------------------------

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T e da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Discussão Judicial Relacionada às Contribuições para o Plano de Previdência CEEEPprev (Nota 20)

A Companhia mantém planos de previdência nas modalidades benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido da CEEEPprev previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Em 2014, foi instaurado litígio judicial relacionado às contribuições não paritárias, questionando a responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, por entender que esse procedimento viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001.

Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam sobre a matéria, a administração da Companhia, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPprev, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é considerar contribuições paritárias (*risk sharing*) entre patrocinador e Fundação. Dessa forma, desde março de 2022, a Companhia vem recolhendo suas contribuições de forma paritária.

O referido Plano CEEEPprev encontra-se deficitário em 31 de dezembro de 2022, uma vez que o total das obrigações atuariais estimadas no plano de benefícios definidos superam o valor justo dos ativos do plano, sendo a obrigação atribuível à Companhia, após a aplicação da paridade, de R\$ 292.048 mil.

Consideramos esse tema foco de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos da administração sobre as premissas utilizadas no cálculo atuarial das obrigações do plano, incluindo a forma de contribuição paritária, as quais se sofrerem variações, podem impactar de maneira relevante as demonstrações financeiras.

Como o Assunto foi Conduzido em Nossa Auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação, com o apoio de nossos especialistas atuariais, da consistência dos critérios e das premissas utilizados pela administração para mensuração e reconhecimento da obrigação atuarial;
- Obtenção de opinião legal de outros assessores jurídicos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade do prognóstico determinado pelo advogado da respectiva causa, bem como avaliar os argumentos e jurisprudências adotadas pelos assessores jurídicos da Companhia.
- Envolvimento de nossos especialistas atuariais para avaliação da razoabilidade das principais premissas, tais como taxas de desconto, projeções de crescimento salarial, paridade e tábuas biométricas, bem como conferência dos cálculos aritméticos; e
- Leitura do regulamento do plano e avaliação das respectivas divulgações em Nota Explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 15 de março de 2022, sem ressalvas.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.


Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

	Campinas, 15 de março de 2023
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5	Adriano Formosinho Correia Contador CRC 1BA029904/O-5